



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



058

HABEAS CORPUS Nº: 0202907-6
COMARCA: IPOJUCA
VARA: CRIMINAL
IMPETRANTES: JOÃO VIEIRA NETO
BIANCA LAURENTINO SERRANO BARBOSA
PACIENTE: JOELSON RIBEIRO DE AZEVEDO JÚNIOR
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
RELATOR SUBSTITUTO: DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO
ASSUNÇÃO
PROCURADOR: DR. ITABIRA DE BRITO FILHO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

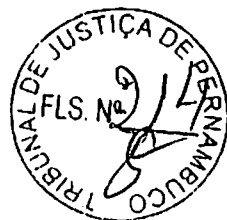
5482

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. DIREITO À LIBERDADE PROVISÓRIA E NULIDADE PROCESSUAL. MATÉRIAS JÁ APRECIADAS E DENEGADAS POR ESTA CORTE POR OCASIÃO DO JULGAMENTO DOS HC'S 180571-0 E 188444-0. NÃO CONHECIMENTO. INSURGÊNCIA CONTRA A APLICAÇÃO E DOSIMETRIA DA PENA. DESACABIMENTO. ANÁLISE QUE REQUER APROFUNDAMENTO E VALORAÇÃO DE PROVA. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DE APELAÇÃO. SEGREGAÇÃO CAUTELAR LEGÍTIMA. INEXISTÊNCIA DE DIREITO DE APELAR EM LIBERDADE. CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS NÃO ELIDEM A CUSTÓDIA CAUTELAR. PRESENTES OS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. COAÇÃO INEXISTENTE. ORDEM DENEGADA POR DECISÃO UNÂNIME.

I – As matérias referentes à alegação de direito à liberdade provisória e nulidade processual já foram devidamente apreciadas por esta Corte Estadual quando do julgamento



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



059

dos HC'S de nº 180571-0 e 188444-0, que foram julgados e denegados, respectivamente, em 03/03/2009 e 08/07/2009, por decisão unânime. Pedido não conhecido. Matérias reiterativas.

II – Insurgência contra a aplicação e dosimetria da pena. Interposição de recurso de Apelação. Trata-se de matéria que enseja análise probatória a ser julgada no momento oportuno na via própria.


III – Vedação legal à liberdade provisória imposta pelo art. 44 da Lei nº 11.343/2006. Argumentos presentes para negar ao Paciente o direito de apelar em liberdade. Ademais, trata-se de preso em flagrante delito que assim permaneceu durante toda a instrução criminal.

IV - Coação ilegal inexistente. Ordem denegada à unanimidade.

ACÓRDÃO

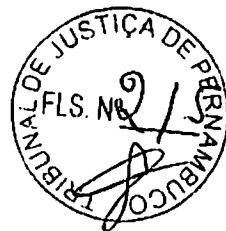
Vistos, relatados e discutidos os autos do *Habeas Corpus* nº 0202907-6, no qual figuram como partes as retromencionadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à **unanimidade de votos, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 06 de janeiro de 2010.


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator Substituto



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



060

HABEAS CORPUS Nº: 0202907-6
COMARCA: IPOJUCA
VARA: CRIMINAL
IMPETRANTES: JOÃO VIEIRA NETO
BIANCA LAURENTINO SERRANO BARBOSA
PACIENTE: JOELSON RIBEIRO DE AZEVEDO JÚNIOR
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
RELATOR SUBSTITUTO: DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO
ASSUNÇÃO
PROCURADOR: DR. ITABIRA DE BRITO FILHO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

Os advogados João Vieira Neto e Bianca Laurentino Serrano Barbosa impetram o presente *habeas corpus* liberatório, com requerimento de concessão de medida liminar, em favor do paciente Joelson Ribeiro de Azevedo Júnior, qualificado à folha 02 dos autos, apontando como autoridade coatora o MM Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca do Ipojuca, em face do processo de nº 424.2008.001568-5.

Aduzem que o Paciente foi denunciado e condenado em 06/11/2009 (cópia da sentença às fls. 187/196), como incurso nas penas do art. 33, *caput*, da Lei nº 11.343/2006.

Na exordial os impetrantes pugnam, liminarmente, pela liberdade do Paciente arguindo não estarem demonstrados os



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



061

requisitos da prisão preventiva, pleito este, negado por decisão interlocutória às fls. **fls. 159/161**.

No mérito, alegam, em apertada síntese, que o Paciente está sofrendo constrangimento ilegal pelos seguintes motivos:

a) audiência absolutamente nula, pois não houve a aplicação do art. 212, do CPP, com a nova redação determinada pela Lei nº 11.690/2008; b) sentença viciada, visto que não foi oportunizado ao Ministério Público, na qualidade de *custus legis*, se pronunciar a despeito de questão preliminar apresentada; c) direito de apelar em liberdade, ante a inexistência dos requisitos da segregação cautelar, sobretudo por ser tecnicamente primário e possuidor de bons antecedentes; d) dosimetria não lastreada no Sistema Trifásico; e) inobservância de redução da pena aplicada, em razão do art. 33, § 4º, da lei nº 11.343/06; e, por fim, f) insurge-se contra o regime aplicado, pelo que, requer a sua modificação.

Instada a se pronunciar, a autoridade indicada coatora, ofereceu informações às **fls. 183/185** e apresentou os documentos de **fls. 186/210**.

A Procuradoria de Justiça, através do procurador, Dr. Itabira de Brito Filho, ofertou parecer, às **fls. 173/174**, manifestando-se pela denegação do presente *habeas corpus*.

M



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



062

É, em resumo, o relatório.

Recife, de janeiro de 2010.


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator Substituto



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



063

HABEAS CORPUS Nº: 0202907-6
COMARCA: IPOJUCA
VARA: CRIMINAL
IMPETRANTES: JOÃO VIEIRA NETO
BIANCA LAURENTINO SERRANO BARBOSA
PACIENTE: JOELSON RIBEIRO DE AZEVEDO JÚNIOR
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
RELATOR SUBSTITUTO: DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO
ASSUNÇÃO
PROCURADOR: DR. ITABIRA DE BRITO FILHO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

VOTO

Analisando os autos, sobretudo as informações da Magistrada de 1ª instância às fls. 183/185, verifica-se que já foram impetrados perante este Tribunal de Justiça outros *Habeas Corpus* anteriores a este de números: 180571-0 e 188444-0, todos julgados, respectivamente, em 03/03/2009 e 08/07/2009, com ordens unanimemente denegadas, sendo apreciados os pedidos referentes ao direito à liberdade provisória e ao pleito que diz respeito a arguição de nulidade processual, tendo em vista a não aplicação do rito determinado pela Lei nº 11.690/2008.

Portanto, tais pleitos constantes na exordial, são matérias reiterativas, que não devem ser conhecidas, uma vez que já foram apreciadas e decididas por esta Corte, configurando-se inadmissível a sua reanálise, sobretudo, porque inexiste qualquer argumento novo.

M



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



064

Feitas essas considerações, passo a análise dos outros petítórios.

Insurgem-se os Impetrantes em relação a dosimetria aplicada que não foi lastreada no Sistema Trifásico, bem como na inobservância de redução da pena aplicada, em razão do art. 33, § 4º, da lei nº 11.343/06, e, ainda, contra o regime aplicado, pelo que, requer a sua modificação.

No que se refere a estes temas tenho que não se mostra evidente a ilegalidade, necessitando para sua verificação de análise do lastro probatório, o que é inviável nesta via. Por outro lado, constata-se pelas informações trazidas pela Juíza de 1º grau (fls.183/185), que há a interposição de um recurso de apelação, cujas razões o patrono deixou para apresentar em 2º grau, podendo a matéria a ser ventilada neste recurso, versar sobre os referidos temas, notadamente tratando-se da via própria.

Quanto ao direito de apelar em liberdade, ante a inexistência dos requisitos da segregação cautelar, sobretudo por ser tecnicamente primário e possuidor de bons antecedentes, não procede. A Magistrada *a quo* em decisão acertada indeferiu tal pleito.

Ademais, ressalte-se que o Paciente foi preso em flagrante delito e assim permaneceu durante toda a instrução, sem olvidar que o Desembargador Roberto Ferreira Lins por ocasião do HC nº 180.571-0,

M



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio




065

negou ao Paciente o direito à liberdade provisória baseado na vedação legal imposta pela lei de drogas (art. 44).

Assim, ante as considerações expostas, as quais tenho como elementos para a minha convicção, considero não haver qualquer constrangimento ilegal justificador da concessão do *Writ*, pelo que **esta relatoria vota denegando a ordem.**

Recife, 06 de janeiro de 2010.


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator Substituto